

A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: desafios e oportunidades

THE IMPORTANCE OF INCLUDING PEOPLE WITH DISABILITIES IN SCHOOL: challenges and opportunities

Dinalva Brito da Rocha¹

Dilson Brito da Rocha²

RESUMO: Nosso objetivo neste estudo é mostrar a importância da inclusão da pessoa com deficiência na escola, que ainda é muito decadente. Vivemos em uma sociedade na qual as pessoas não se preocupam com aqueles que estão fora do meio social, e não os valorizam. Percebe-se que a família é diretamente atingida por ter um filho com deficiência e, na maioria das vezes, tenta até entender as causas que levam as pessoas agirem com tamanha ignorância. Sabe-se que a inclusão da pessoa com deficiência na escola para muitos é um obstáculo a ser enfrentado, pois lidar com alguém especial é uma tarefa árdua que requer esforço e dedicação. Todavia, com a luta constante de poucos, essa realidade vem a cada dia desfazendo-se. Oxalá, possamos diminuir ou sanar o problema da exclusão escolar para com o deficiente.

Palavras-chave: Inclusão; deficiência; família; sociedade; escola.

ABSTRACT: Our objective in this study is to show the importance of including people with disabilities in school, which is still very decadent. We live in a society in which people do not care about those outside the social environment, and do not value them. It is perceived that the family is directly affected by having a child with a disability and, in most cases, tries to understand the causes that lead people to act with such ignorance. It is known that the inclusion of people with disabilities in school for many is an obstacle to be faced, since dealing with someone special is an arduous task that requires effort and dedication. However, with the constant struggle of a few, this reality comes undone each day. Hopefully, we can reduce or remedy the problem of school exclusion for the disabled.

Keywords: Inclusion; deficiency; family; society; school.

INTRODUÇÃO

Falar sobre inclusão hoje é muito importante, e mais ainda a inclusão de pessoas com deficiência na escola, pois a cada dia esse assunto vem crescendo em nossa sociedade, e

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais – FACE; Pós graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Tecnologia de Valença – FACTIVA; Pós graduada em Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Inclusiva pela Faculdade Dom Alberto. E-mail: dinarochabrito@hotmail.com

² Mestre em Filosofia pela UNESP/Marília; Mestre em Teologia pela PUG/Roma, Itália; Docente na FIB - Faculdades Integradas de Bauru.

percebe-se que, por terem a deficiência, muitas pessoas enfrentam vários obstáculos, sendo um desses a exclusão. Os indivíduos precisam ser vistos de forma diferente, como seres humanos, que tem direitos; é preciso enxergar primeiro as pessoas e não as deficiências. Só assim elas serão valorizadas e inclusas no contexto social. A Educação Especial diz respeito ao ato de incluir pessoas portadoras de necessidades especiais na plena participação de todo o processo educacional, laboral, de lazer etc., bem como em atividades comunitárias e domésticas. Isso deixa claro que a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito educacional é de grande relevância, pois dessa forma oportunizaremos a elas mostrarem suas potencialidades e exporem suas ideias, como também as inserir no meio social, para que possam ser vistas e deixarem de viver isoladas. É imprescindível mostrar a importância da inclusão das pessoas com deficiência na escola, no intuito de diminuir ou sanar o problema da exclusão escolar para com as mesmas, fazendo com que esse ambiente se torne de possível acesso a elas, e com isso os (as) professores (as) possam perceber que, apesar dos desafios, é possível realizar um trabalho voltado para esse público, obtendo avanços e uma aprendizagem significativa, cabendo à escola disponibilizar aos (as) educadores (as) recursos para que esse (as) possam adequar o planejamento de acordo as limitações de cada educando (a). Faz-se necessário que a escola trace mecanismo que busque atender as necessidades dos (as) alunos (as) que tem alguma deficiência, pensando na evolução e possibilitando a eles (as) desenvolverem suas capacidades.

Diante da realidade que vivemos hoje é preciso que se desenvolva um trabalho voltado para a formação de pessoas, a fim de que não se deixem abater pelos problemas gerados pela sociedade. Os indivíduos que têm deficiência, na maioria das vezes, passam por vários obstáculos e preconceitos no cotidiano. Incluí-los no âmbito escolar é uma forma de enxergá-los como cidadãos de direitos, que são capazes de pensar como qualquer outra pessoa que não tem deficiência, dando a esse público uma oportunidade de aprender para que tenha progresso na sua vida pessoal e profissional. Os (as) educandos (as) precisam estar incluídos (as) no ambiente escolar, porém, é necessário que a escola esteja aberta a recebê-los (as) de forma adequada, ou seja, que disponibilize materiais que sustente suas aprendizagens, para que de fato ocorra a inclusão. De forma contrária os alunos (as) estarão apenas inseridos; e o

propósito é que eles (as) sintam-se aceitos (as) pela instituição. Afinal, o que se espera da escola é que ela forme cidadãos críticos e reflexivos, capazes de lidar com situações e problemas que surgem na sociedade. Observa-se que agindo assim, ela resgatará valores, reconhecendo o ser humano como digno de direitos e respeitando as diferenças.

Vivemos em uma sociedade na qual os valores estão sendo esquecidos. É preocupante para as escolas esse problema. Lidar com alunos (as) com deficiência é, sem sombra de dúvidas, uma tarefa árdua, porém não é impossível. Cabe à escola o papel de educar num clima de harmonia e liberdade, evitando, com isso, conflitos entre aluno (a) e professor (a). Na medida em que o (a) professor (a) trata o (a) aluno (a) com igualdade, esse dará exemplo aos demais da classe para que façam o mesmo, sem ter diferença, sendo todos iguais, porém tratando o (a) deficiente com equidade. Daí a relevância do tema em questão. Contudo, espera-se que este estudo possa quebrar o preconceito de que as pessoas com deficiência são diferentes dos demais, possibilitando a elas o direito de estarem incluídas no âmbito educacional, uma vez que todos tem direito a educação. Dessa forma, eles mostrarão seus potenciais, capacidades e habilidades, sendo elas mesmas. Farão a sociedade enxergar que são deficientes, porém não incapazes.

DESENVOLVIMENTO

A luta pela inclusão da pessoa com deficiência é urgente. Sabe-se que muitas delas não estão inclusas no contexto social. Há muito se batalha para que isso deixe de ser realidade. Essa luta ganhou reforço também quando foi sancionada a Lei de nº 7.853, data de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Com isso, a pessoa deficiente deixe de ser simplesmente alguém a mais na sociedade e passe a ser um cidadão digno de direitos e respeito. Constata-se que é de grande relevância que esse público também esteja incluído no âmbito educacional. Quando se fala em inclusão da pessoa com deficiência na escola, nos deparamos com várias vertentes que impedem esse ingresso: o preconceito da própria escola, da sociedade, a vergonha da família em expor os filhos (as) etc. Isso gera a exclusão desses indivíduos, causando assim, o

isolamento. Percebe-se que é de suma importância a inclusão da pessoa com deficiência na escola para que ela possa desenvolver suas habilidades, mostrando sua capacidade e potencialidade.

Na sociedade atual ainda existem várias formas de exclusão, sendo que uma delas é justamente a das pessoas com deficiência. Observa-se que muitas ainda estão fora do âmbito escolar. Os indivíduos com deficiência ainda enfrentam muitos desafios, precisando ser vencidos. Urge a aceitação na sociedade, nos seus diversos âmbitos. Muitas pessoas que têm algum tipo de deficiência não frequentam a escola, às vezes por falta de conhecimento da família, por ter vergonha de ter um filho (a) com deficiência, precisando disso ser quebrado, pois é direito da pessoa ter acesso aos estudos. Lamentavelmente, existe também a rejeição das escolas em matricular esse tipo de aluno. É dever da escola abraçar esse público sem discriminação, afinal ela é um espaço formador e não conformador, que precisa seguir regras e traçar metas com objetivos claros e definidos, visando auxiliar os (as) educandos (as) nas suas tarefas cotidianas, proporcionando um aprendizado significativo para a sua vida pessoal e profissional. Pois, as pessoas que têm deficiência são dignas de uma vida ativa dentro da sociedade, participando do processo educacional, exercendo atividades laborais, tendo direito também ao lazer.

Sabe-se que a inclusão para muitos ainda é uma utopia, mas na realidade esse pensamento aos poucos vem tomando outro rumo. Em passos lentos essa inclusão está acontecendo, pois, está incluso é direito de todos (as), como garante a Declaração de Salamanca de 1994, considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social. Quando se refere a inclusão, fala-se no sentido amplo da palavra, incluir em todas as esferas, e uma delas é a educação. Acredita-se que as escolas acolham todo tipo de aluno (a) sem ter distinção. Sabe-se que cada pessoa aprende em seu tempo, e não é diferente com o público deficiente. Esse requer uma atenção mais específica, para assim evoluir no processo de aprendizagem. Por isso a importância de estudar com os outros alunos (as) para adquirirem conhecimentos juntos. Ao incluir o aluno (a) na escola esta deve ampará-lo (a) de forma que esse (a) sinta-se acolhido por ela, oferecendo recursos que atendam às suas necessidades, para que de fato aconteça a aprendizagem significativa. A pessoa com

deficiência não deve estar na escola só pelo simples fato de estar lá, ela deve ter seus direitos respeitados e ser considerado como qualquer outro (a) aluno (a). Se assim não fizer, então não acontece a inclusão e sim a inserção.

Quando se fala de pessoas com deficiência, ainda existem aqueles (as) que acreditam que ser deficiente é ser incapaz, e na verdade, isso não é verídico. Essas são apenas pessoas atípicas, diferentes das típicas, ou seja, daquelas ditas normais. Esse conceito que algumas pessoas têm precisa ser anulado, pois, vivemos numa sociedade na qual as diferenças devem ser respeitadas. A luta pela inclusão não foi e não será em vão. Essa luta é por uma sociedade mais justa e igualitária, para que assim não haja mais exclusão dessas pessoas. Acredita-se que quanto mais cedo esses indivíduos estiverem inseridos no processo educacional, melhor será o seu desenvolvimento, pois, deixando-os afastados das outras pessoas só atrasa o seu desempenho. À medida que vai crescendo esses ficam recuados, sem ter interesse de interagir com a sociedade. Isso precisa ser revertido, para que esse público possa realmente sentir-se valorizado como ser humano e acolhido no meio social. Mas quando falamos de inserir no âmbito educacional estamos nos referindo a inserção com o processo de inclusão para que de fato haja progresso.

Quando de fato há o ingresso das pessoas deficientes no meio social, observa-se o grande avanço que essas têm ao mesmo tempo em que a própria sociedade avança também, pois, conviver com as diferenças é uma forma de respeitar as peculiaridades de cada pessoa, é transferir e adquirir novos conhecimentos, e isso é um privilégio para o ser humano. Como afirma Mantoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Com essa afirmativa, nota-se como é relevante essa convivência com as pessoas que tem algum tipo de deficiência, para assim poder enxergar o que diferencia o indivíduo do outro. Cada um tem suas limitações, porém todos iguais no direito de ser. Basta que trate todos com igualdade, considerando a equidade, sendo isso o autêntico sentido da inclusão.

Nota-se que na sociedade atual algumas pessoas já têm um novo olhar para o público deficiente, e anseia para que haja a inclusão deles, e luta constantemente para que isso aconteça. Essa luta envolve também o campo educacional, o qual, a persistência de alguns professores (as) é bem visível. Os mesmos (as) incluem seus (as) alunos (as) em atividades de

diversas variedades. Com isso, fica claro que esses (as) alunos (as) não estão só inseridos no âmbito educacional, como também inclusos. Um dos meios pelo qual percebe-se a inclusão da pessoa com deficiência na escola é através de trabalhos de itinerância realizados pelas Instituições de Ensino. Sabe-se que isso se deve também ao mérito dos (as) educadores (as), os quais esforçam-se, dedicam-se e comprometem-se para a realização desses trabalhos de itinerância. Dessa forma consegue-se obter evolução dessas pessoas, concebendo a independência, autonomia e empoderamento como a norteadora dos alicerces da acessibilidade para a inclusão. Constata-se que esse trabalho feito fora da sala de aula, permite aos (as) alunos (as) com algum tipo de deficiência um salto de liberdade, ou seja, dando a eles (as) promoção da participação, da capacidade de mostrar suas competências. Observa-se que muitas pessoas que têm algum tipo de deficiência vivem de forma isolada, e na maioria das vezes a sociedade desconhece esse público. Com essa atividade realizada fora da sala de aula, chega até ela o conhecimento da existência dessas pessoas.

CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A família é a primeira a perceber que o (a) filho (a) tem alguma deficiência, porém para muitas é difícil aceitar essa realidade e para não alarmar frente à sociedade esse assunto, preferem afastar a criança do meio social. Dessa forma percebe-se que essa família não aceitou ainda o fato de que seu (a) filho (a) é deficiente, não saiu do luto para a luta. É preciso que ela trabalhe a aceitação para poder lutar pelos direitos, afinal a família é o principal agente de socialização da criança enquanto ainda pequena, principalmente quando essa tem alguma deficiência. Entende-se que a base para a formação do caráter do indivíduo é a família. Em qualquer época, situação e cultura, ela sempre foi de fundamental importância para que as crianças encontrem seu ponto de equilíbrio e definam seus papéis dentro da sociedade.

A forma com que uma pessoa se comporta, suas atitudes e como se relaciona com os outros depende diretamente do meio familiar no qual foi criada. Para Aquino (1996), “é impossível negar a importância e o impacto que a educação familiar tem sobre o indivíduo”. Neste sentido percebe-se a importância que a família exerce na educação do indivíduo. É no âmbito familiar que o ser humano recebe os primeiros ensinamentos que uma pessoa deve saber, mas a família não deve esperar que os filhos se tornem modelos de sujeitos, e sim pessoas com ética, que saibam valorizar os valores que receberam da família. Principalmente quando se refere à pessoa com deficiência, a família precisa ter consciência que o mais importante é o que ela é e não a deficiência que ela tem. No entanto, compreende-se a família como responsável pela formação da índole das pessoas. Ela exerce um papel de grande importância na vida da criança. A família é quem tem os primeiros contatos com o (a) filho (a). Ela é o exemplo para que esse torne-se um cidadão de bem. Ela é quem desempenha a formação da consciência cidadã do indivíduo. Quando o (a) filho (a) tem uma boa educação em casa, provavelmente terá base segura para conviver na sociedade, enfrentado as adversidades que surgirem no decorrer de sua vida. É de suma relevância que a família ensine a eles (as) a enfrentarem essas dificuldades. Principalmente quando essas pessoas têm algum tipo de deficiência, pois, na sua maioria são frágeis e precisam do auxílio da família para ter um apoio seguro. À medida que são inseridas no meio social, muitas delas sentem-se perdidas, por estarem fora da sua zona de conforto, mas para aquelas que são preparadas pela família para enfrentar a realidade fora do âmbito familiar, com certeza será diferente. Isso cabe à inclusão escolar. O (a) indivíduo que vem de um contexto familiar, onde foi enxergada como uma pessoa capaz, digna de socialização, não encontrará empecilhos para conviver com os outros. Esse, quando inserido na escola terá uma interação positiva com os (as) demais, mostrando que é um ser diferente por ter uma deficiência, porém, igual na capacidade de aprender e desenvolver suas habilidades e competências. Nesse sentido, constata-se a grande importância da família no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

Por ser a principal agente de socialização da criança enquanto ainda pequena, é de responsabilidade exclusiva dos pais de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais, ajudando-os a desenvolver comportamentos e

características de personalidades aceitáveis aos grupos sociais que pertencem, bem como, a preparação para a vida, a formação da pessoa, a construção do ser. E assim vivendo em sociedade com suas diferenças, deixando suas marcas e sendo marcados pelo meio o qual estão inseridos. Como aborda o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI):

A criança como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também a marca. A criança tem na família, biológica ou não, um ponto de referência fundamental, apesar da multiplicidade de interações sociais que estabelecem com outras instituições sociais. (RCNEI, 1998, p.21).

Quando a família não se faz presente na vida do (a) filho (a), ele (a) fica vulnerável às coisas que o mundo oferece. Daí a importância que elas exercem em suas vidas. No contexto escolar não é diferente. Sem essa presença fundamental da família a escola sozinha não conseguirá formar cidadãos críticos e conscientes. A criança que não tem o acompanhamento familiar em sua vida escolar não encontra motivação nenhuma para estar ali, se sentindo desprezada e, dessa forma, não demonstra interesse algum pela aprendizagem. O mesmo acontece com a criança deficiente. Ela requer cuidados, atenção, valorização e incentivo da sua família para poder iniciar e dar continuidade aos estudos. Sendo a família a base para a formação do cidadão, é necessário que ela saia do luto para a luta, e comece batalhar pela inclusão de seu (a) filho (a). Pois, se essa não exigir e ficar no comodismo, quem exigirá? Nota-se que quando a família está inteirada dos direitos dos (as) seus (as) filhos (as), corre atrás e faz acontecer, e dentro desses, está incluso o direito a educação. Muitas famílias matriculam o (a) filho (a) na escola e acompanham de perto o andamento para ver se de fato a escola está tratando de forma digna e adequada, acompanham as atividades escolares e não deixam que passe despercebido qualquer situação que afete de maneira negativa o estudante.

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A escola é um dos meios de socialização do indivíduo, seja ele típico ou atípico. Ela é a outra responsável pela formação do cidadão. Ela tem um papel importantíssimo na vida do ser humano. Quando a família não consegue fazer bem seu papel de formador, cabe à escola tentar reverter essa situação, agindo de forma acolhedora para que a criança se sinta confortável e amparada naquele ambiente, e ao perceber o carinho das pessoas da instituição, essa não se encontrará em um meio de exclusão e discriminação. Afinal, a deficiência não impede ninguém de conviver no âmbito educacional, pelo contrário, ela mostra como a pessoa pode ser igual e diferente ao mesmo tempo. Igual em seus direitos, diferentes em suas particularidades. O papel da escola é formar cidadãos críticos e reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres capazes de compreender a realidade que vivem, preparados para participar da vida econômica, social e política, aptos a contribuir para a construção de uma sociedade justa. Dessa forma, a escola é o caminho para que o (a) educando (a) torne-se cidadão, autor de sua própria história e conhecedor de seus direitos e deveres.

Vale ressaltar que se a educação se preocupa em formar cidadãos capazes de construir sua própria história, formador de seus conceitos, é preciso que ela busque novos métodos para despertar o interesse do (a) educando (a), aderindo novas metodologias, para que assim esse ambiente não se torne um lugar desagradável para ele (a), e sim um âmbito de conhecimentos e relacionamentos. A escola, portanto, tem o compromisso social de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado. É importante que ela busque informações segundo as exigências de campo profissional ou de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social. Muitas vezes, por ficar um bom período fora do contexto educacional, a pessoa deficiente, ao ingressar-se no mesmo, sente inseguro por sair da sua zona de conforto. É necessário que a escola o (a) receba de maneira afetiva, para que eles (as) possam enxergar aquele ambiente como um espaço de aconchego, de uma boa convivência, e diferente da forma que vivia. Não se sentem mais isolados das demais pessoas da sociedade.

Sabendo das singularidades de cada aluno (a), principalmente os (as) que tem deficiência, cabe à escola adequar no currículo e plano; que garanta uma educação qualificada para atender às necessidades dos (as) alunos (as).

É necessário que a mesma ofereça a acessibilidade a esse público, como garante o Decreto de nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004, que regulamenta as Leis de nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000, e de nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dessa forma, percebe-se que é direito deles estudar em uma escola que ofereça essa acessibilidade para facilitar a estadia desses (as) alunos (as), no que diz respeito ao ir e vir, no processo de aprendizagem e de interação com os demais alunos (as), e se a escola não oferta essa acessibilidade, é importante que a mesma esteja aberta para o processo de modificação para que dessa forma seja realmente uma escola inclusiva. Santos afirma que:

Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência – em qualquer instituição de ensino, de qualquer nível educacional (SANTOS, 2003, p.4).

Observa-se quão é importante a escola estar preparada para atender as pessoas com deficiência e dispor de recursos que supra as dificuldades de cada aluno (a), para que eles possam evoluir em sua aprendizagem, sem que haja qualquer sinal de exclusão. Assim sendo, ela fará o seu papel de formadora de cidadãos reflexivos. É preciso que ela receba esses (as) alunos (as) de forma receptível, sem demonstrar desaprovação; é essencial que a escola enxergue primeiro a pessoa e não a deficiência, pois, antes da deficiência vem o ser humano. Por consequência, essa instituição será de fato uma instituição inclusiva. A escola da inclusão deve ter uma preocupação em relação a essas pessoas deficientes, pensando em adequações para melhor atendê-las, aprofundando seus estudos inovando seus conhecimentos acerca do assunto, possibilitando uma permanência satisfatória para elas, respeitando suas especificidades oportunizando-as melhores condições de ensino para que elas possam aprender, e que essa aprendizagem seja significativa na vida delas. É importante a escola fazer

adaptações para atender as necessidades dos (as) alunos (as), oferecendo-lhes um ensino o qual não haja discriminação e exclusão, respeitando suas limitações, tratando-os (as) com igualdade, sem esquecer-se da equidade.

À medida que são feitos estes ajustes os (as) alunos (as) sentirão segurança neste ambiente. É importante ressaltar que, sem escola há poucas chances de o cidadão adquirir uma aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização. É imprescindível conceber o ser humano como um ser de relações e interações sociais; é necessário entender a influência desse contexto na formação desses indivíduos. Ao analisar uma pessoa com algum tipo de deficiência que é incluso no processo educacional e outra que não tem acesso, percebe-se o avanço dela, pois a sua desenvoltura é outra, passando a ter um comportamento diferenciado. Seja qual for a deficiência, observa-se progresso em seus atos. É relevante que a escola busque parceria com as famílias para que o processo de ensino-aprendizagem tenha mais êxito, pois a escola não caminha sozinha, ela caminha em parceria com a família. Nessa perspectiva, buscam-se aproximar essas famílias das escolas para conseguir o bom rendimento do (a) educando (a). Sabe-se que o indivíduo que tem deficiência, na sua maioria, é dependente da família, portanto cabe a elas a sensibilização de acompanhar o mesmo no processo educacional até que se sinta totalmente à vontade nesse espaço, e que acompanhe esse processo no seu cotidiano, pois, a aprendizagem do ser não depende somente da escola e sim do contexto familiar o qual está inserido. A família é o alicerce de todo ser humano. A ação da família começa desde o berço, muito antes da ação da escola, porém, sua responsabilidade não acaba quando matricula seus (as) filhos (as) na escola, pelo contrário, aí é que inicia-se o processo de acompanhamento educacional dos (as) filhos (as). É perceptível o grande avanço dessas pessoas com o acompanhamento.

O DESAFIO DO PROFESSOR PARA ENSINAR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Sabe-se que são muitos os desafios para lidar com a pessoa com deficiência. Em sala de aula um deles é a falta de preparação. Nota-se que os professores (as) não tiveram um preparo para receber esse público em sala de aula, o que dificulta a forma de ensino. Porém, observa-

se que alguns (umas) professores (as) já tem um novo olhar para essas pessoas. Diante disso, adotam um perfil diferente, o perfil de professor pesquisador, ou seja, aquele (a) que busca compreender a deficiência do (a) seu (a) aluno (a) para depois aderir uma metodologia que atenda às necessidades de todos. Verifica-se que o professor (a) precisa fazer um esforço maior para atingir o êxito desejado na aprendizagem do (a) aluno (a), porém isso não é impossível. Existem vários meios para se recorrer e fazer com que essa aprendizagem aconteça e que de fato haja a inclusão. Uma das maneiras é adequando o planejamento pedagógico de acordo a realidade de cada aluno (a), respeitando suas especificidades. Pois, assim, o ser humano desenvolverá suas habilidades e suas potencialidades, tornando-se cidadãos capazes, confiantes de si próprios e coautores da própria aprendizagem.

É importante que o (a) educador (a) trabalhe de forma criativa e descontraída, fazendo com que o (a) educando (a) torne sujeito participativo da aula, deixando que ele (a) se interaja com os colegas. Um ponto importante é que o (a) professor (a) não deve na sua prática pedagógica trabalhar em sala só conteúdos que na maioria das vezes não está voltada para a realidade da turma, e sim trabalhar o corpo e a mente das crianças, pois se o (a) aluno (a) estiver centrado (a), com a mente e o corpo tranquilos, isso influenciará de maneira positiva na sua aprendizagem. E quando se aplica o lúdico como método de ensino, percebe-se que o desenvolvimento do (a) educando (a) com deficiência evolui de forma considerável, afinal, é mais atrativo para os (as) alunos (as) esse recurso. E desse modo corresponde também as expectativas do (a) educador (a).

Quando o (a) professor (a) adota esse método descontraído, fazendo com que a aula não seja mera distração para os (as) alunos (as), e sim um aproveitamento enriquecedor para sua vida, pode-se afirmar que este serve de fundamento para o desenvolvimento da ação docente no trabalho pedagógico. Assim, se pratica um ensino-aprendizagem significativo. O (a) professor (a) é aquele que constrói o conhecimento com os (as) alunos (as), e sem dúvida um exemplo para eles (as), no entanto, a aprendizagem depende do desempenho que esse (a) desenvolve em sala de aula. O educando (a) só se desenvolverá, no sentido de uma boa aprendizagem, se o (a) professor (a) desenvolver bem o papel de professor (a) - mediador (a). Vale ressaltar que não é suficiente que o (a) educador (a) seja um (a) mero (a) transmissor (a)

de conteúdo. Tão importante quanto esse domínio de transmitir conhecimento é que ele (a) saiba relacionar-se com o (a) aluno (a) de maneira que ele (a) sinta interesse em aprender. Cabe ao (a) educador (a) estabelecer um vínculo de cumplicidade e amizade para com o (a) educando (a), para que assim ele (a) sinta seguro (a) e amado (a), especificamente a pessoa deficiente. Percebe-se que o (a) educador (a) é modelo para o (a) aluno (a). Uma boa parte deles (as) espelha-se nos (as) professores (as). Por isso é essencial que o professor (a) adote uma postura de amigo (a) e ouvinte. Quando isso acontece a relação professor (a) /aluno (a) não fica tão distante. O diálogo é a chave para estreitar essa distância.

Ainda sobre a importância das interações e da afetividade, Miranda (2008, p. 2) destaca: A interação professor-aluno ultrapassa os limites profissionais e escolares, pois é uma relação que envolve sentimentos e deixa marcas para toda a vida. Observamos que a relação professor-aluno, deve sempre buscar a afetividade e a comunicação entre ambos, como base e forma de construção do conhecimento e do aspecto emocional.

Diante do exposto percebe-se, quão importante é o diálogo e a afetividade na vida do ser humano. Para muitos (as) alunos (as) o educador (a) é o seu ponto seguro. Observa-se que o indivíduo que tem alguma deficiência é mais carinhoso, e sente uma necessidade de receber esse carinho também, portanto, é tão significativa na vida deles (as) essa troca de afetividade com o (a) seu (a) professor (a). Vale ressaltar que a boa relação educador (a) /educando (a) é de fundamental importância para sua aprendizagem. Na maioria das vezes esses (as) chegam à escola carente de afeto, de carinho, de atenção, de alguém amigo para ouvi-lo, e isso afeta o seu psicológico. Quando chegam à escola e não encontram um ambiente acolhedor, de carinho e aconchego, eles (as) não sentem vontade alguma de permanecer nesse lugar, afinal foram para lá em busca disso também. É aí que o (a) educador (a) deve aproximar-se de seu (a) aluno (a), proporcionando-lhe alguns minutos de atenção, dedicação e principalmente de afetividade. Os momentos de afetividades que a escola propicia para a vida dos (as) alunos (as) são fundamentais para a formação de personalidades sadias e capazes de aprender, como também de grande interferência na vida desses (as) fora do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre inclusão hoje é de grande relevância, e mais ainda a inclusão da pessoa com deficiência. É notório que muitas pessoas deficientes não estão inclusas no contexto social, principalmente na escola. Sabe-se que é muito complicado apontar culpados, mas percebe-se que há vários fatores que contribuem para isso. Vivemos em uma sociedade na qual os valores estão sendo esquecidos. E a aceitação do indivíduo com deficiência ainda é carente, por isso, muitos vivem de forma isolada e excluídos desse meio. Contudo, observa-se que é relevante a inclusão desses no âmbito educacional para que possam desenvolver suas habilidades e competências, inseridos no convívio social, tornando-se cidadãos dignos de direitos. Cabe a escola acolher essas pessoas e enxergá-las como seres humanos, afinal é preciso enxergar primeiro a pessoa e não a deficiência. A inclusão do público deficiente na escola não é uma tarefa fácil. Verifica-se que ela deve estar preparada para atendê-lo de maneira satisfatória, adequando seu currículo, adotando uma metodologia que supra as necessidades desse público. É preciso que ela disponibilize recursos para que o (a) professor (a) desempenhe seu papel. O (a) educando (a) deve estar inserido no âmbito educacional, porém é necessário que esses recursos sejam oferecidos para que, dessa forma, aconteça efetivamente a inclusão e que a aprendizagem desses seja significativa.

A relação professor (a) / aluno (a) é de grande importância para o processo ensino/aprendizagem. É preciso que os professores (as) mantenham laços de afetividade; que o educador (a) olhe para o público deficiente com igualdade, mas tratando-o com equidade, já que esse é capaz de aprender. À medida que é dedicado às pessoas com deficiência o atendimento diferenciado, ou seja, adequando o plano pedagógico, voltado para suas dificuldades, enxergá-los-ão com um olhar peculiar, observando que são pessoas com possibilidades de aprender, e aprender de forma satisfatória, mostrando que não são incapazes e sim com potencialidade e capacidade de absorção e construção dos conhecimentos. Basta que lhes deem oportunidades.

Falar sobre a importância da inclusão da pessoa com deficiência na escola: desafios e oportunidades foi muito enriquecedor, pois, percebe-se que ainda é decadente a inclusão nas

instituições de ensino. Para muitas pessoas isso ainda é uma utopia, pois, enxergam esse público como indivíduos inválidos, que não tem nenhuma necessidade de estar inseridos no meio social. No entanto, nota-se que as deficiências são apenas limitações na vida das pessoas, todavia não as impede de relacionar-se com os demais. É preciso que a sociedade aprenda que todos têm suas diferenças, e cabe a escola respeitar o tempo de cada um para que, dessa forma, o processo de aquisição da aprendizagem seja gratificante. Enfim, espera-se que este estudo possa acabar o preconceito de que as pessoas com deficiência são incapazes de aprender, mostrando que elas têm capacidades e competências iguais a todas, todavia, com suas especificidades. Dessa forma, almeja-se essas estejam de fato inclusas no âmbito educacional. Assim sendo, aumenta a possibilidade de amenizar ou sanar o problema da exclusão escolar para com o público deficiente.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Julio Groppa, org. Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Disponível em: <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em: 12 de Agosto de 2020.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças. Revista Nova Escola. Edição 192, São Paulo: Editora Abril, maio 2005. p. 24-26.

MIRANDA, Elis. A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino aprendizagem no contexto afetividade. In: 8º Encontro de Iniciação Científica e 8ª Mostra de Pós Graduação. FAFIUV, 2008. Disponível em: <http://www.ieps.org.br/ARTIGOSPEDAGOGIA.pdf>. Acesso em: 14 de Agosto de 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 12 de Agosto de 2020.

_____. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de

dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Decreto nº 5.296 de 2 de Dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 16 de Agosto de 2020.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI) Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília MEC/SEF, 1998.

SANTOS, M. P.; CARVALHO, R. E. Desenvolvendo políticas e práticas inclusivas “sustentáveis”: uma revisita à inclusão. Educação em Foco, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 47. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15845/1/2015_MariaGracianeDoNascimentoBarros_tcc.pdf>. Acesso em: 16 de Agosto de 2020.